

Da origem da *Pneumónica* nos Açores, ao contágio arquipelágico

SÉRGIO REZENDES²⁶⁷

Ponta Delgada na *Belle Époque*.

No limiar do século XX, a população dos arquipélagos em pouco ultrapassava as 400.000 pessoas, tendendo a aumentar em virtude da melhoria das condições de vida proporcionadas por melhor alimentação e cuidados de saúde. Estes ciclos de aumento demográfico contrastavam com outros caracterizados por uma maior emigração ou de pestes e epidemias, em que a *Pneumónica* de 1918 constitui o melhor exemplo no século XX. A falta de recursos financeiros aliada à grande taxa de analfabetismo apenas permitiu uma evolução lenta mas gradual nestas áreas, apesar dos grandes esforços das autoridades administrativas, caso das câmaras, juntas gerais e até das unidades militares. A título de exemplo, apesar de implementado pelos ministros liberais de D. Maria II, o ensino primário obrigatório; o desenvolvimento de liceus e as escolas de ensino técnico eram de tal forma parcos que não conseguiam desenvolver um corpo técnico em quantidade, capaz de assegurar as necessidades das ilhas. Alicerçado no “Método João de Deus” e na palmatória, o sistema de ensino era apanágio de um elevado insucesso escolar, apesar das várias diligências administrativas e esforço de professores, ou interessados, no ensino das primeiras letras.

No final do século XIX, início de XX, à semelhança do que acontecia no continente, a percentagem dos trabalhadores nas indústrias subia em detrimento dos trabalhadores rurais, cuja força braçal começava a ser substituída pela mecanização. As gentes do campo trabalhavam em terras dos morgados sob a forma de rendeiros, jornaleiros, criados ou moços de lavoura. Trabalhando de sol a sol, tinham normalmente uma casa muito pequena, feita de pedra, madeira e colmo, em que a cozinha era a principal divisão e fonte de aquecimento. Com uma alimentação pouco variada, matabam a fome com o pão de milho ou inhame, com batatas, chicharros,

²⁶⁷ Investigador Doutorado Integrado do Instituto de História Contemporânea, NOVA-FCSH.

sopa, vinho, ou até mesmo sardinha. Com muito trabalho no dia-a-dia, e pouco dinheiro para comprar roupa, usavam o vestuário próprio à época em linho ou lã, que pouco variava conforme o clima e os trabalhos que tinham a fazer. O calçado, quando existia, estava reservado ao dia da missa, ou seja, o domingo. Divertiam-se em danças que decorriam principalmente em festas de freguesia, executadas também em tempos de festividades da igreja e normalmente apoiadas pelos morgados locais e as *músicas*, hoje filarmónicas. Estas festas eram formas de divertimento associadas à agricultura e pastorícia, como por exemplo, em épocas da lavra, sementeira e desfolhada.

A vinda deste povo rural a Ponta Delgada ocorria por altura de grandes eventos como as festas do Senhor Santo Cristo, ainda em 1939, alvo de notícia no “Correio dos Açores”. Eram péssimas as estradas da ilha, basicamente duas em condições mínimas de macadamização, uma pelo norte e outra pelo sul, com início em Ponta Delgada e término em Furnas. Os meios de transporte eram de tal forma lentos, e a estrada esburacada, que os passageiros corriam risco de assalto, à semelhança do sucedido em 1917, na subida para o Castelo Branco.

Em 1918, apesar da modernização atingir ilhas como São Miguel, equipada com cabo submarino, terrestre e antena TSP para comunicação com Santa Maria, na realidade a forma de transporte mais usual continuava a ser a navegação por cabotagem, o que explica a existência de vários portos não só na cidade (com funções diferenciadas), caso do cais *Bensaúde*, Alfândega, da Terra ou artificial (a *doca*), para além de outros de menor dimensão, caso do de São Pedro (para os locais), num processo que se repetia em praticamente todas as freguesias posicionadas na orla costeira. Era por estes pequenos portos que usualmente se carregava e descarregava o comércio na ilha, transportado às costas, falésia acima em cestos de vimes, complementado por transportes terrestres como o carro de bois.

No espírito da sociedade da *Belle Époque*, alguma da 1.^a classe já detinha automóvel, mantendo usual os passeios a cavalo ou de charrete. À 2.^a classe, o cavalo ou o burro, ficando a 3.^a, associada aos carros de bois ou puxados por animais como a ovelha, o burro ou eventualmente, algum cavalo. Dada a entrada da parca mas real mecanização, e o número elevado de membros por família, aos camponeses restava procurar emprego nas fábricas de Ponta Delgada ou emigrar para o Brasil, podendo também aproveitar a passagem regular de vapores entre o Mediterrâneo e a América do Norte, juntando-se aos muitos gregos e em especial italianos, rumo àquele destino. Com o uso das novas alfaías agrícolas, assim como de sementes selecionadas; a alternância de culturas e adubos, cada vez mais deixava de haver a necessidade de um elevado número de mão-de-obra para trabalhar a terra, pelo que a migração para as cidades é um facto. Nas fábricas, com os veios e correias montados a partir das paredes, a mecanização da indústria

permitia produzir mais e melhor, em menos tempo e com um número menor de trabalhadores. Trocava-se lentamente o artesão por operários, passando-se da limitada capacidade de produção da oficina para uma elevada, agora fabril.

Eram frequentes as más condições e os acidentes de trabalho, trabalhando-se muitas horas sob um ambiente hostil à boa salubridade, em troca de baixos salários. Mesmo no campo, mulheres e crianças auxiliavam o homem no trabalho da terra, muitas vezes no lugar do animal, na charrua (alternando). A alta burguesia vivia em ricas e luxuosas casas, com luz a gás (ou já elétrica em outros concelhos), uma parca rede de água canalizada de chumbo ou ferro, e um sistema precário de esgotos, rodeada de jardins, normalmente nos limites da urbe. A classe média promovia o aparecimento de novos bairros ou ruas, em confortáveis andares ao passo que as classes populares habitavam em bairros miseráveis nas zonas mais pobres da cidade (nascente e poente), sem condições mínimas de segurança e higiene. A recém-criada delegação da Cruz Vermelha em Ponta Delgada (1918) complementava os parcos serviços médicos existentes (Hospital da Misericórdia e Hospital de Infetocontagiosos em Santa Clara), procurando dar uma assistência médica à classe mais pobre, em especial à futura mãe, dada a elevada taxa de mortalidade infantil. As suas casas eram velhas, sem água ou esgotos e a sua alimentação pobre, feita à base de pão, batatas, banha, inhame e toucinho, por vezes bacalhau, chicharro ou sardinha, ao contrário das quatro refeições feitas pela burguesia e nobreza.

Contudo, a iluminação pública, os esgotos e os transportes públicos (o *carrão* da Vila ou da Maia, por exemplo) trouxeram um maior conforto aos habitantes da cidade e das freguesias, promovendo também o desenvolvimento dos correios. Do ponto de vista cultural, a câmara municipal tentava fomentar o aparecimento de escolas em todas as freguesias, num processo sempre travado pela falta de dotação orçamental ou de professores; assim como de teatros [como por exemplo, o Teatro Micaelense (I) ou já durante a guerra, o Coliseu Micaelense (1917)], e os faróis, caso do da Ponta da Ferraria nos Ginetes ou do porto da cidade, promovendo uma maior segurança aos marítimos. No que diz respeito aos serviços públicos, desenvolvia-se a Polícia Cívica, que durante a I Guerra Mundial tinha três “delegacias” na cidade (Santa Clara, Matriz e Calheta de São Pedro, já ligadas por telefone), com 26 elementos (que mal davam para proteger o centro histórico), assim como os bombeiros e o Clube Naval, começando-se a repensar as canalizações em chumbo, os mictórios públicos ou mesmo um eficaz sistema de recolha de lixo.

Em 1918, Ponta Delgada vivia um comércio efervescente, dada a existência da base americana. Apesar da maioria dos pontadelgadenses ter pouca capacidade financeira para os adquirir, era comum ver as tropas

americanas passear pela cidade e os oficiais em clubes como o Ateneu Comercial de Ponta Delgada. Junto aos navios, concentravam-se pequenos barcos na tentativa de vender os produtos diretamente aos aliados. Motos com sidecar, camiões e automóveis transitavam pelas recentes ruas e avenidas, caso da avenida Gaspar Frutuoso ou Príncipe Alberto do Mónaco. A 1.ª classe passeava por jardins como o António Borges ou Passeio Público Theodore Roosevelt (Alto da Mãe de Deus), ou então pela primitiva avenida litoral da cidade, em portes que por vezes faziam estranhar os jovens americanos, caso das jovens raparigas que andavam a olhar para o chão, em virtude do controlo parental logo atrás.

Estando o porto de Ponta Delgada, uma das maiores inovações da *Belle Époque* em São Miguel (e na Horta, no caso do Faial), ainda em construção, as suas locomotivas marcavam presença assim como o *Furnas*, o rebocador a vapor da Capitania do Porto, ou os vapores da Empresa Insulana de Navegação, caso do *São Miguel*. Casas cuja arquitetura marcavam pela diferença para além do Neoclássico, demonstravam o resultado da emigração por exemplo para o Brasil, marcando largos emblemáticos como o atual 2 de março, encantando quem à noite, e aproveitando a iluminação a gás (mais tarde trocada para petróleo), se dirigia ao Teatro Micaelense, hoje jardim Sena Freitas, para ver teatro ou cinema mudo. Vestidos com uma forte influência francesa, levava o senhor de bigode encerado, paletó e bengala, a sua dama pelo braço com a última moda dos chapéus de Paris, vestida de forma elegantíssima, com um vestido comprido até aos pés, mas de cintura fina e muito perfumada. O gracioso casal de filhos refletia o excelente gosto pela moda dos armazéns do Chiado em Lisboa ou dos Armazéns Cogumbreiro em Ponta Delgada, o primeiro com elevador. De pés no chão, e com o vestuário possível de adquirir, o povo não tinha dinheiro para acompanhar a moda.

Pelo “Guia do visitante” de 1899, diz-se que São Miguel era uma das nove paradisíacas ilhas portuguesas situadas em pleno coração do Atlântico Norte. Entre as suas indústrias mais importantes, existiam três do álcool extraído da batata-doce em Ponta Delgada, Ribeira Grande e Lagoa. Outras eram a de sabão, cerveja, laticínios, metais (fundição), faianças (cerâmica), havendo carpintarias de alta qualidade na produção de carruagens e móveis. O comércio era muito importante e feito pelo seu moderno porto principalmente com Portugal continental, Inglaterra, Estados-Unidos, Brasil, Alemanha e França, entrando em crise com a guerra de 1914-1918, assim como a indústria do ananás.

“[...] Há nesta cidade numerosos agentes e representantes de casas nacionais e estrangeiras como o Banco de Portugal, a Credit Lyonnais; o Cheque Bank; Thecook & son de Londres e o Royal Squadron, entre outros clubes de yatching ingleses. Tem uma estação para correio

e telégrafo, na rua de São Brás n.º 4, Polícia Cívica e corpo de bombeiros. Existem viaturas automóveis, paquetes e vapores mercantes que passam frequentemente para a Europa e América, e de quinze em quinze dias para Lisboa. Tem hospital bem montado, com cinco médicos e cirurgiões creditados; banhos quentes ou frios em tinas de mármore ao preço de 200 reis; cafés, cervejarias e restaurantes com bilhar, como por exemplo, a Pérola Açoriana, e um mercado geral para venda de carnes, hortaliças e fruta fresca. Tem muita imprensa periódica e dois jornais diários, e recomenda-se o passeio a vários jardins, como o jardim António Borges; o jardim do sr. Conde Jácome Correia ou do sr. José do Canto, riquíssimos pela imensa diversidade de plantas. À noite, uma vez alojado num dos hotéis da cidade, poderá sempre usufruir da iluminação a gás e ver uma peça de teatro no luxuoso Teatro Micaelense, próximo à bonita praça que é o campo de São Francisco [...]"²⁶⁸.

Ao despoletar da Grande Guerra, as ilhas aguardavam dois grandes eventos: a primeira travessia aérea do Atlântico norte, que só ocorreria em 1919, e uma nova dinamização nas escalas no porto artificial de Ponta Delgada, dada a abertura do canal do Panamá. Do ponto de vista militar, uma incursão monárquica a São Miguel, de onde se partiria para reconquistar todo o país. Com o evoluir do conflito e da luta pelo controlo do Atlântico, difíceis circunstâncias abateram-se sobre os Açores. De uma posição geoestratégica secundária e de uma guerra longínqua em 1914, desenrolam-se preocupações económicas em finais desse verão, visíveis no estrangulamento das exportações açorianas para os mercados tradicionais, agora em guerra. A presença das esquadras de superfícies inglesas que marcavam o quotidiano das populações de cidades como Ponta Delgada, rarearam após a Batalha da Jutlândia e evocou-se a neutralidade de portos como o dessa cidade ou da Horta para proteção dos navios mercantes alemães. A Marinha portuguesa, próxima ao zero naval, tinha uma presença simbólica.

Os primeiros indícios da presença de submarinos alemães surgem em 1915, reforçando os receios das autoridades militares que nas ilhas, os anunciavam ao Ministério da Guerra e da Marinha desde o início do conflito. Com o bombardeamento do Funchal, e dado o obsolescência dos meios de defesa, estes receios foram amplificados, gerando-se um precipitar de acontecimentos que atingiram o clímax com o bombardeamento de Ponta Delgada a 4 de julho de 1917, já com Portugal como beligerante. Doravante, a Grande Guerra nos Açores ganhou novos contornos: da necessidade de defender o mar e dois importantes portos, um Depósito de Concentrados

²⁶⁸ SOTTO-MAYOR, Félix, *Guia do viajante na ilha de São Miguel*, Evaristo Ferreira Travassos Editor, Ponta Delgada, 1899.

Alemães e estações de TSF ou de cabos submarinos, entre outros aspectos, os Açores passaram a ser um dos focos de atenção no Atlântico Norte por parte dos EUA e por acréscimo do Governo português de Sidónio Pais, que tenta ombrear com a implantação de uma base naval estrangeira em solo nacional, por exemplo, ao estabelecer um Centro de Aviação Marítima na Horta.

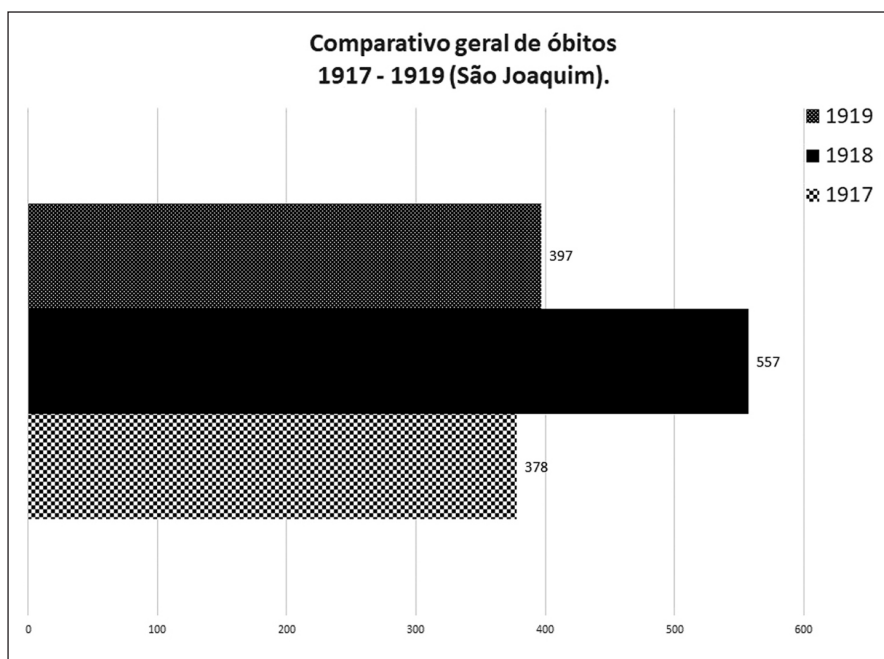
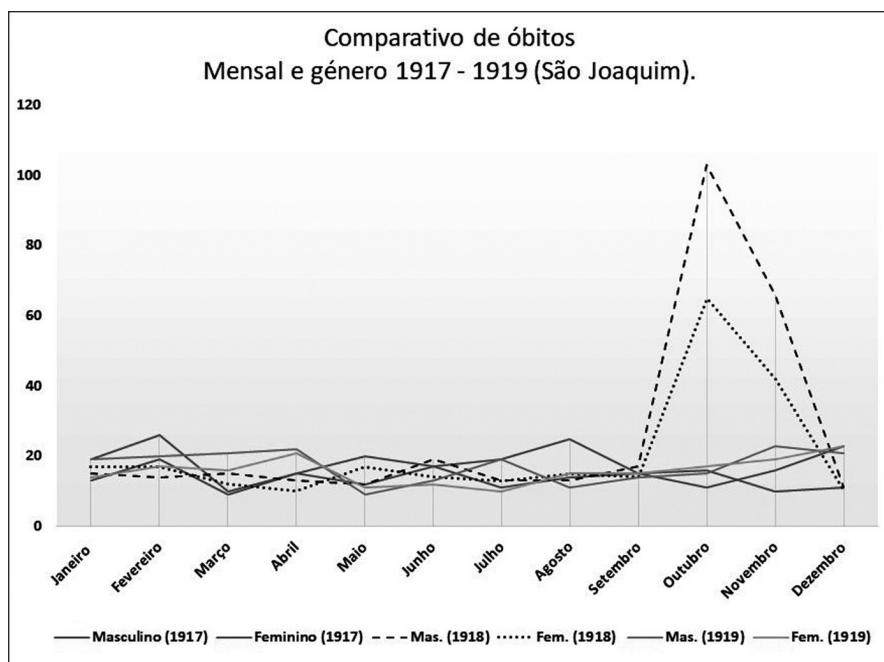
Porém, a vida dos açorianos tornara-se madrastra: da escassez das importações e exportações, geravam-se graves dificuldades financeiras, agravadas pela necessidade de defesa que afastara dos campos de cultura o camponês, entretanto transformado em soldado, apesar dos parcos meios de o apetrechar. À fome e guerra juntou-se a peste, agravando ainda mais as crises sociais e a instabilidade da ordem pública, já de si dividida pela profunda inconstância da I República. Neste contexto, instituições militares e civis sob coordenação de um Alto-comissário da República para os Açores e Madeira oriundo do CEP, revestiram-se de grande mestria ao trabalhar com os escassos meios tecnológicos e económicos ao seu dispor, com o apoio dos aliados e amigos americanos, criando-se uma especificidade nas ilhas muito distinta do restante império.

A Pneumónica em Ponta Delgada

De acordo com Albertino José Ribeiro Monteiro, os primeiros casos alarmantes da segunda onda epidémica (Influenza) apareceram em fins de agosto de 1918, em locais geograficamente distantes: Brest (França), Freetown (Serra Leoa), Boston (EUA) e mesmo no Porto, em inícios desse mês. O subdelegado de saúde de Ponta Delgada diria no seu relatório de três de junho de 1919, que “[...] houve duas irrupções de gripe: a primeira, importada de Lisboa, de fraca intensidade, dando apenas dois óbitos no concelho, manifestou-se em fins de julho e extinguiu-se em fins de agosto, sem dar sobressaltos, passando quase despercebida [...]”²⁶⁹.

A documentação militar confirma, uma vez que a dez de agosto de 1918, o Comando de Defesa Marítima dos Açores (CDMA) solicitou ao porto e à Delegação de Saúde de Ponta Delgada o envio a bordo do caça minas *Paço D’arcos* de um médico para tratar grande parte da sua tripulação, inclusive o médico do *NRP Vasco da Gama*. Cerca de um mês depois chegaria a segunda vaga, quando a 18 de setembro, a Delegação da Cruz Vermelha de Ponta Delgada recebia as suas primeiras instalações. Solicitando ao Alto-comissário da República nos Açores (ACRA) algum apoio financeiro para obras de beneficiação e o envio de alguns soldados do Regimento de Infantaria n.º 26

²⁶⁹ SEQUEIRA, Mont’Alverne de, “Relatório do Subdelegado de saúde – 1918”, apud *A mortalidade no concelho de Ponta Delgada no primeiro quartel do Século XX*, Vol. II – Anexos, Tese de Mestrado, Policopiado. Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 2000, p. 61.



(RI 26) para as realizar, acabaria por os receber não como operários mas sim como pacientes.

É do dia seguinte, 19 de setembro, a primeira referência militar ao segundo surto *Pneumónica*. A diligência do Batalhão de Artilharia de Guarnição do Campo Entrincheirado de Lisboa, aquartelado em Santa Clara, solicitou ao Comando Militar dos Açores (CMA) a sua rápida transferência por se encontrarem instalados nas dependências do Posto de Desinfecção e Hospital de Isolamento de Ponta Delgada. Justificavam-no com as duras críticas da comunicação social sobre a autorização, transporte e hospitalização no dito hospital, da tripulação de um vapor japonês que aportara à cidade a 16 de setembro: o “Shimsei Maru”. Já com quatro óbitos declarados, iniciava-se o contágio da cidade, como o presidente da Delegação da Cruz Vermelha em Ponta Delgada fez atestar junto do presidente da Sociedade Portuguesa da Cruz Vermelha:

“[...] Na tarde do dia sete de outubro último começaram a ser atacadas algumas praças do RI 26, no aquartelamento provisório do segundo batalhão daquele corpo (granel da Rua do Castilho), não havendo na guarnição hospital militar onde fossem recolhidas, nem tendo a sede do regimento enfermaria que comportasse as praças doentes que, em pouco tempo, eram em número de 25. No hospital civil não foi possível recebê-las por não ter também enfermarias disponíveis onde os pudesse hospitalizar [...]”²⁷⁰.

A nova delegação em nada podia ajudar para além de oferecer o espaço, rapidamente aceite e em poucas horas ocupado por oficiais e praças. Completo nos dias subsequentes, chegaram a estar internados em simultâneo cento e oitenta praças e dois civis, que não tendo família nem podendo ser recolhidos no hospital da Misericórdia, foram ali tratados. Estavam as instalações repletas, incluindo os corredores, passando-se aos pacientes as melhores condições possíveis. Uma semana depois estava Ponta Delgada praticamente contaminada, espalhando-se a pandemia de forma assustadora pelas freguesias, obrigando o Alto-comissário da República nos Açores a intervir. O General Simas Machado correspondia ao que muito se clamava na comunicação social. Desde doze de outubro, que jornais como o *Açoriano Oriental* referia existir uma epidemia de gripe com uma certa dimensão na ilha, a que muitos chamavam de *Espanhola*. Questionava-se quais as medidas tomadas para a combater, alertando para a necessidade

²⁷⁰ AMMA – FCVPD, “Ofício de 18 de setembro ao Alto-comissário da República nos Açores”, *Copiador de correspondência expedida entre 26 de junho de 1918 e 23 de junho de 1924*, Delegação da Cruz Vermelha de Ponta Delgada.

de se criar áreas específicas para o tratamento. O hospital da Santa Casa da Misericórdia já não recebia novos pacientes, pelo que os infetados estavam a ser tratados em casa. O facto de existirem ruas com cinco ou seis casos, por vezes famílias completas, em oposição a todos os manifestos de higiene citadina estava a colocar em causa a salubridade pública, pelo que se tornava urgente desenvolver medidas pró-reativas eficazes.

Questão muito antiga, a operacionalização dos manifestos ou regras seria abordada num documento aparentemente oficial e de autor desconhecido, publicado no *Diário dos Açores* de 29 de fevereiro de 1908:

"[...] a legislação sanitária é incompatível com a política de campanário e a incompatibilidade é tanto maior quanto mais alta for a percentagem de analfabetismo do povo a que essa legislação tenha de ser aplicada. E dito assim, muito sumariamente, só para dizer alguma coisa, que aliás os homens ilustrados desta terra estão fartos de saber, passemos aos números que são eloquentes e que só por si põem em relevo as consequências de um regime sanitário que não se cumpre, ou que se cumpre deploravelmente, mutilado como prefácio dos dados estatísticos, a que tenho que me referir, poderia reproduzir as palavras do meu último relatório sem alteração de uma vírgula, por isso nada se modificou neste concelho relativamente à higiene pública e privada. O quadro até seria mais carregado, se porventura abordasse a profilaxia de doenças infetocontagiosas. Não o faço, porque a desilusão vai-se apoderando de mim dia-a-dia, e porque tenho a certeza de que os meus comentários só serviriam para concitar mais ódios e despertar novas ironias [...]"²⁷¹.

Um relatório do subdelegado datado de 1920 não fugiria muito a este parecer, optando por revelar os notáveis que se haviam distinguido na luta contra as epidemias, bem como a ação de algumas instituições. A questão tornou-se de capital importância entre 13 e 17 de outubro de 1918. O Comando de Defesa Marítima requisitou médicos militares para reforço das juntas, dado o elevado número de marinheiros doentes, e o próprio RI 26 debatia-se com a falta de clínicos, por ter o seu major médico enfermo. Pedia-se a suspensão da Instrução Militar Preparatória, por forma a evitar a propagação da doença e a Banda Regimental já não tocava por falta de músicos. A epidemia havia atingido uma tal dimensão que fazia faltar para além de médicos e enfermeiros, os auxiliares de enfermaria, os faxinas e os operários que acabaram por ser

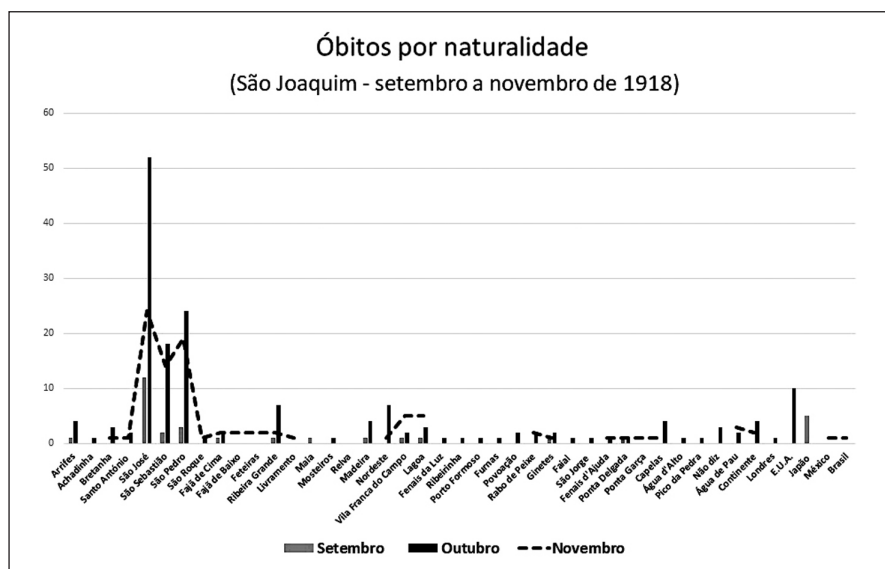
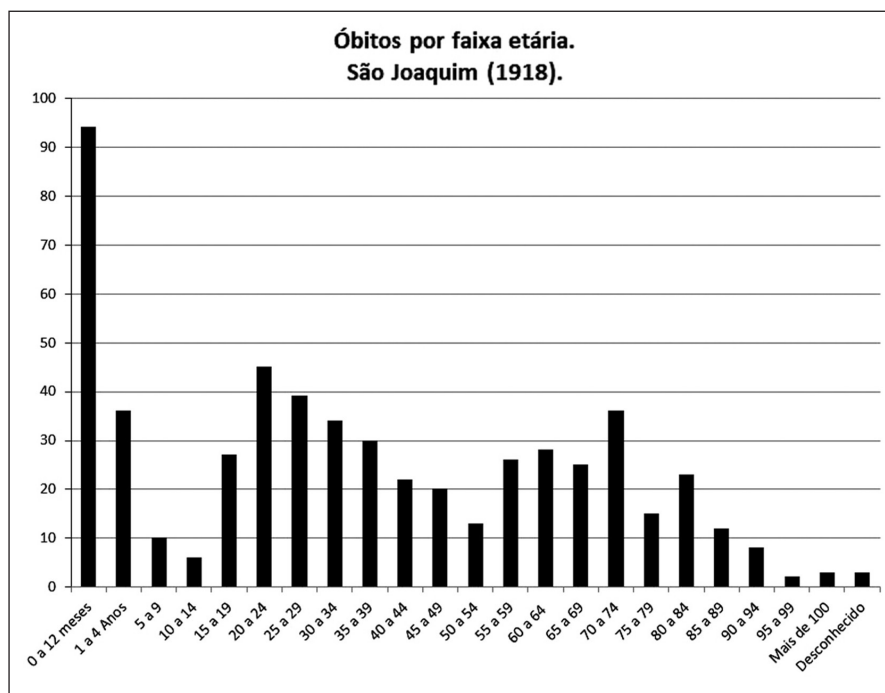
²⁷¹ "Estatística demográfica do concelho de Ponta Delgada [relativa a 1907]", *Diário dos Açores*, n.º 5025 de 29 de fevereiro de 1908 apud *A mortalidade no concelho de Ponta Delgada no primeiro quartel do Século XX*. Vol. II – Anexos, Tese de Mestrado. Policopiado, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 2000, p. 52.

substituídos por soldados do Exército, disseminados um pouco por todo o lado, em apoio como por exemplo à Cruz Vermelha de Ponta Delgada. Exigiam-se medidas rápidas e eficientes. A 20 de outubro, o ACRA informou o Comando Militar dos Açores (CMA) que a Repartição do Gabinete do Ministério da Guerra havia mandado sustar a partida de dois tenentes médicos do Corpo Expedicionário Português (CEP) em licença nas ilhas, devendo apresentar-se nos comandos militares para auxílio das populações. Encontrava-se o Hospital da Misericórdia de Ponta Delgada lotado e a epidemia a alastrar, como faria notar um capitão médico miliciano em diligência na Delegação de Saúde ao mesmo comando, lembrando a pertinência em requisitar o *Coliseu Avenida* para hospital provisório, embora se continuasse à procura de outros edifícios para esse fim. A 23 o Major médico miliciano do RI 26 solicitava a suspensão das patrulhas militares à cidade, dando azo a um recrudescer da criminalidade, e o Ministério da Guerra autorizaria a vinda de um aspirante médico para apoio ao regimento local.

A 23 de outubro de 1918, e ainda com o hospital da Santa Casa da Misericórdia de Ponta Delgada repleto, dado o elevado número de pessoal de saúde acamado, foram chamadas as Damas da Cruz Vermelha e sócios para serviços de enfermagem, numa atmosfera de trabalho caracterizada como árdua, estafante e caridosa. Este apoio ultrapassava a Misericórdia, prolongando-se no serviço aos pobres de Ponta Delgada e Ribeira Grande, e em vários cargos distintos dos quais se destaca o de ajudante de farmácia. É neste contexto que ocorre no mar um episódio traumatizante:

“[...] estava a epidemia no seu auge quando se deu o ataque do submarino alemão ao paquete “São Miguel” e em que este foi heroicamente defendido e salvo pela equipagem do caça-minas “Augusto de Castilho” que, como era de prever, tinha que sucumbir na luta em que sucumbiu, deixando aos vindouros a história de ouro do seu nobre feito [...]”. Uma vez recolhidos ao hospital da Santa Casa da Misericórdia, o naufrago Luís José Simões diria que “[...] se é certo que os sobreviventes do bote sofreram o martírio daqueles desgraçados dias e dias, ali no hospital (encontravam-se) sem os devidos tratamentos, sofrendo dores atrozes, à míngua do mais rudimentar penso! [...]”. Faltava também o material hospitalar, sem que se deslumbrasse grandes e rápidas soluções. Sobre o que viu em Ponta Delgada, o futuro Segundo-tenente afirmou: “[...] que diabo - pensava eu às vezes – é já ter muita sorte junta: escapara da peste, escapara da fome e por fim escapara da guerra. Estava escrito que tinha que escapar aos três flagelos: fome, peste e guerra [...]”²⁷².

²⁷² SIMÕES, Luís José, *200 milhas a remos: Narrativa trágico-marítima*, Folhetins do “Diário de Notícias”, Lisboa, 1920: 75.



Dizia-se que já não existia quem fizesse caixões nem quem enterrasse os mortos. Refere a presença de americanos no hospital e o pedido do Visconde do Porto Formoso ao comandante interino das forças navais, para o regresso do *NRP Vasco da Gama* da Horta, visando o apoio do médico e de um enfermeiro. Segundo o seu testemunho, o atendimento no Hospital da Misericórdia padecia de dedicação e humildade, não existindo condições de higiene nas enfermarias. Tal seria retificado pela chegada do médico da Marinha, numa fase em que se apontava um avultado número de vítimas por dia.

Entretanto, os comandantes das diligências militares eram também afetados pela gripe. A Bateria n.º 2 de Artilharia de Montanha ficou sob comando de um aspirante a oficial miliciano, tal como as duas diligências de infantaria e aparentemente, o próprio Comando de Defesa Marítima, que passaria a ser chefiado por um Capitão-de-Fragata. Três dias depois o Ministério da Guerra proibia a saída de mais militares rumo ao CEP, devendo todos os oficiais e praças apresentarem-se nas unidades locais para apoio no combate à epidemia.

A 26 de outubro, o *Açoriano Oriental* alertou para a expansão da *Espanhola* referindo existirem muitos casos mortais e uma enorme afluência às farmácias. Faltavam medicamentos, questionando novamente as medidas tomadas, ineficazes por a gripe já se encontrar disseminada por todas as vilas e aldeias. Perguntava-se por que razão a câmara municipal não regava as ruas como medida preventiva, ou queimava louro para desinfetar o ar. As visitas ao hospital encontravam-se proibidas, sendo a opinião médica de que a gripe começava a regredir. Jornais como o *Diário dos Açores* e a *Pátria* encontravam-se suspensos; a Direção dos Socorros Mútuos já havia aumentado o seu quadro de médicos e constava que iria ser mobilizado um talho para venda de carnes ao público. Os serviços abertos à população encerravam as portas por falta de funcionários, desencadeando efeitos colaterais na alimentação e no apoio à comunidade. Entraram novamente em ação os militares, passando a executar inúmeras tarefas como a confeção de sopas (em especial para os indigentes na Cozinha Económica e Comissão Central de Assistência Sanitária às Famílias Pobres); apoio aos serviços de saúde; cozer pão; cortar lenha; vender carne ou acorrer onde fosse necessário, tentando manter a sociedade a funcionar. A cinco de novembro a epidemia grassava com grande intensidade por todo o concelho da Ribeira Grande, atingindo o administrador do concelho, cujas funções passariam a ser desempenhadas pelo comandante da diligência militar. Estabeleceram-se zonas médicas, com fundos concedidos pela República Nova de Sidónio Pais, fornecendo-se alimentos e roupas aos pobres, para além da chegada de um médico e quatro enfermeiros continentais. Proibia-se já o fabrico de queijo de vaca, para que o leite fosse utilizado na alimentação dos moribundos, descendo-se o preço do álcool utilizado como desinfetante.

Conforme a gravidade, mudava-se o xadrez sanitário com a deslocação de especialistas de uma zona para outra, caso do quintanista do Nordeste que passou para a Ribeira Grande. A intervenção do ACRA explica algumas destas medidas, sendo a sua ação fulcral na rapidez e operacionalidade adotadas. Se a *Espanhola* ou *Pneumónica* aparentava regredir em São Miguel, começava em força em outras ilhas como a Terceira, e no seu Depósito de Concentrados Alemães. Em finais de outubro, o RI 25 (Angra do Heroísmo) ordenou que os aspirantes assumissem o comando das companhias, na ausência dos respetivos comandantes e em novembro de 1918 iniciou-se a mudança da Bateria n.º 1 de Artilharia de Montanha do forte de São Sebastião para o barracão da sua esplanada, passando a velha fortaleza a posto de desinfecção. Já se pedia o auxílio do Comando Militar de Angra do Heroísmo para combater a epidemia. Nos dias que antecederam o armistício, a agitação militar nestas duas ilhas seria muito intensa. Em São Miguel, necessitava-se de reforços para as diligências, em virtude do grande fluxo de doentes (só na Ribeira Grande estavam mais de 30 praças), ordenando o ACRA a distribuição dos enfermeiros recém-chegados pelas freguesias de São Miguel. Estavam as inspeções do Distrito de Recrutamento n.º 26 às tropas territoriais da Ribeira Grande, Ribeira Seca e Rabo de Peixe canceladas, por ser a situação do concelho muito grave, e sem meios para acudir.

No dia em que o Alto-comissário da República para os Açores determinou o cessar de penas disciplinares em sinal de regozijo pela vitória dos aliados (treze de novembro), o CMA solicitou ao RI 26 três praças para serviços de enfermagem no Nordeste, obtendo resposta negativa por estarem todos empenhados no combate à epidemia. Dada a incapacidade de apoio, cabia às autoridades civis libertarem dentro das suas possibilidades, as forças ainda operacionais requisitadas, o que aconteceria por exemplo no dia seguinte com o governador civil de Ponta Delgada, a dispensar a força de infantaria aquartelada em Lagoa, bem a tempo de responder a um novo pedido de auxílio para a Ribeira Quente. Contudo, nem todas as ilhas sofreriam o efeito da epidemia. Se por um lado o isolamento penalizava o comércio e apoio à população, neste caso até foi um benefício para Santa Maria. A 16 de novembro, dizia o correspondente daquela ilha ao *Açoriano Oriental* que “[...] relativamente à doença reinante aí, a nossa população faz votos pela sua extinção, acompanhando com sentimento tal fatalidade que fez tantas vítimas. A autoridade sanitária daqui pediu providências ao Guarda-mor chefe de saúde, para o isolamento desta ilha por ser pobre e ter inteiramente falha de recursos médicos [...]”²⁷³. Aparentemente, a ilha de Santa Maria terá escapado à hecatombe, dada a falta de transportes.

²⁷³ “O triunfo dos aliados”, *Açoriano Oriental*, 16 de novembro de 1918.

Enquanto decorria o combate à pandemia em São Miguel em outubro e novembro, iniciou-se um processo que varreu as ilhas em direção a oeste provocando alterações diárias. O Depósito de Concentrados Alemães em Angra do Heroísmo não conhecia nenhum caso a 18 de novembro, para no dia seguinte já ter mais do que um. Sob observação, os prisioneiros alemães acabavam por ser um grupo privilegiado quando comparados com a população. Contudo seria uma questão de tempo até serem contagiados. Em Ponta Delgada, o Alto-comissário da República nos Açores requisitou todos os edifícios necessários ao combate à epidemia, articulando com o governador civil e o Ministério da Guerra. Simas Machado descreveu ao ministro o esforço como hercúleo, valorizando o envolvimento dos soldados num serviço que regista como violento e exaustivo. Até a comunicação social lhes rendia homenagem. As preocupações das autoridades não se limitavam ao tratamento dos enfermos e enterro dos mortos. Mesmo com poucas dotações orçamentais, desinfetavam-se e caiavam-se edifícios para servir como hospital ou alojamento temporário, procurando no mercado mantas, enxergas e roupa. Era também urgente alugar carros para o transporte de doentes e melhorar a assistência médica dos sargentos e oficiais, o que nem sempre foi fácil dada a relutância de se transportar infetocontagiosos, sem qualquer tipo de proteção.

Por esta altura, já o Comando Militar da Horta (CMH) se preparava para o embate da *Pneumónica* no Faial. Apesar das quarentenas a bordo, o flagelo inevitavelmente penetrou na ilha propondo-se a criação de uma secção própria para os epidemiados junto à enfermaria militar, a funcionar na antiga colónia alemã agora requisitada para esse fim. Contudo, tornava-se necessário desbloquear a verba para a instalação dos serviços correlativos e de recomendação. A resposta governamental tardou e na sua ausência, a ex-colónia alemã serviu de quartel da nona Companhia para além de enfermaria provisória. Rapidamente lotada, passaram os soldados doentes a permanecer nos dormitórios das companhias, agravando a proliferação da doença. Estava-se a 26 de novembro e a epidemia ainda tinha caráter benigno, mas já medicamentos escasseavam e os farmacêuticos começavam a ficar doentes. Das outras ilhas e por indicações do ACRA chegaram quatro cabos enfermeiros e três soldados maqueiros, deixando-se em Angra do Heroísmo um sargento - enfermeiro, três cabos e três maqueiros. Aparentemente e fora do campo de prisioneiros alemães, este seria o quadro de especialistas militares no apoio à luta ao *Influenza* naquela ilha.

O Alto-comissário, embarcado no *NRP Vasco da Gama* acompanhava o desenrolar da situação, a par e passo. Em São Miguel já a enfermidade regredia. O apoio do Ministério da Guerra de Sidónio Pais foi relativamente rápido, provavelmente pelo facto da epidemia ter ocorrido primeiro no continente e sem dúvida pela intervenção direta do ACRA. A criação de um

Tabela 1 – Enterros por género e faixa etária (São Joaquim, 1918).

Faixa Etária	Masculino	Feminino	Total
0 a 12 meses	58	36	94
1 a 4 Anos	21	15	36
5 a 9	5	5	10
10 a 14	2	4	6
15 a 19	13	14	27
20 a 24	30	15	45
25 a 29	27	12	39
30 a 34	24	10	34
35 a 39	22	8	30
40 a 44	14	8	22
45 a 49	17	3	20
50 a 54	6	7	13
55 a 59	10	16	26
60 a 64	17	11	28
65 a 69	15	10	25
70 a 74	14	22	36
75 a 79	5	10	15
80 a 84	5	18	23
85 a 89	2	10	12
90 a 94	-	8	8
95 a 99	-	2	2
Mais de 100	-	3	3
Desconhecido	3	-	3
Total	310	247	557

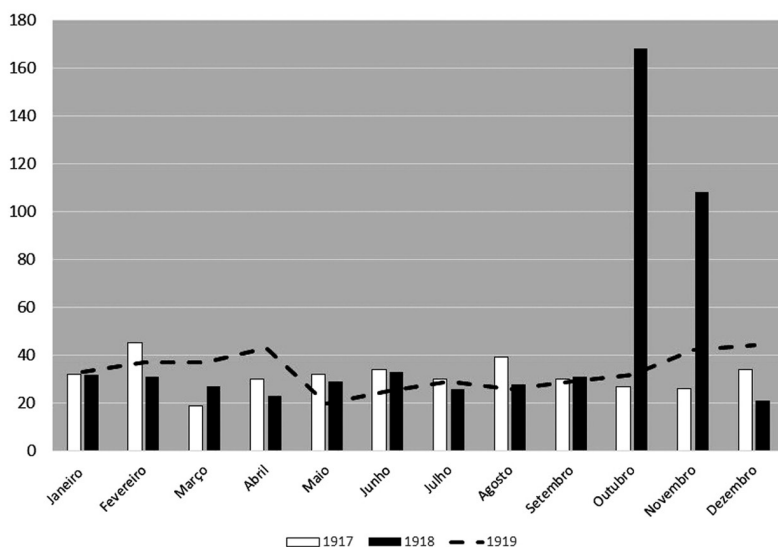
1918/OUT	Masculino	Feminino	Total
Crianças -18A	16	16	32
Solteiros	22	9	31
Casados	24	11	35
Viúvos	1	5	6
Não diz	40	24	64
Total	103	65	168

Tabela 2 – Estado Civil (São Joaquim, outubro de 1918).

1918/NOV	Masculino	Feminino	Total
Crianças -18A	22	14	36
Solteiros	9	7	16
Casados	10	14	24
Viúvos	2	4	6
Não diz	22	4	26
Total	65	43	108

Tabela 3 – Estado Civil (São Joaquim, novembro de 1918).

Comparativo de óbitos Anos 1918 - 1919 (São Joaquim).



fundo de despesas excecionais permitiu às unidades não só o pagamento de medicamentos e de materiais de enfermagem, como de outras despesas entretanto inflacionadas e relacionadas com os funerais das praças falecidas. A 21 de dezembro, o Posto de Socorros da delegação da Cruz Vermelha em Ponta Delgada estava já desocupado e desinfetado, procurando-se um regresso à rotina. A gripe que grassara durante os meses de outubro e novembro saldara-se pelo internamento de 250 soldados provocando a morte a 13. Com capacidade para 182 doentes, o número de entradas máximas por dia foram de 26, em contraste com 23 saídas. De salientar também o apoio americano, tido como crucial. O *Correio dos Açores* ao anunciar a morte do Almirante Herbert Owar Dunn em 1939 homenageia-o dizendo que graças à sua intervenção, a mortalidade na ilha não havia superado os 2.000 mortos. O almirante havia enviado um *destroyer* a Gibraltar para resgatar medicamentos.

Com o regresso à normalidade, em inícios de dezembro, o ACRA autorizou a saída da ilha de um aspirante médico e a revista às tropas territoriais da Ribeira Grande e de Vila Franca do Campo. Um pouco por todo o lado, começavam os agradecimentos, em especial do governador civil a todos os que se haviam notabilizado no combate à epidemia, abrindo-se subscrições públicas a favor dos epidemiados. Uma semana depois o Regimento de Infantaria n.º 26 recolhia as praças, dando como oficialmente extinta a epidemia. Em Angra do Heroísmo a situação mantinha-se grave, com fortes possibilidades de piorar. O *Influenza* grassaria com bastante violência, em muitas freguesias até ao final do ano, encontrando-se em desenvolvimento nas outras ilhas. Tentava-se a todo o custo segregar o Hospital de Isolamento recorrendo-se, por solicitação do governador civil, a sentinelas militares. A *Espanhola* não era a única a matar, detetando-se também a peste bubónica no Depósito de Concentrados Alemães, uma vez que o rato proliferava pelos esburacados estrados de madeira do forte, dada a praga que se estendia ao resto da ilha. Neste período predominante, a gripe *Espanhola* sobressai num conjunto de doenças ditas *tradicionais* como Mont'Alverne de Sequeira refere no seu relatório de três de junho de 1919:

"[...] Os óbitos por tumores malignos em 1918 foram 26 (...); as participações de doenças infecciosas, por mim recebidas (...) foram 406 (...) que se distribuem assim: febres tifóides 32; sarampo 236; escarlatina 4; tosse convulsa 16; difteria 54; tuberculose pulmonar 55; tuberculose das meninges 2; tubo da laringe 2; escrofulose 2; meningite cerebrospinal 4. Os factos ocorridos nos primeiros meses deste ano, logo a seguir à epidemia gripal, põem bem em evidência o perigo em que vivemos, constantemente ameaçados pela peste, varíola, escarlatina, tifo exantemático, meningite cerebrospinal, etc., doenças exóticas, qual delas a pior, e que só não

devastarão a ilha, visitando-a inesperadamente, se os serviços sanitários forem organizados de forma a opor a esses morbos todos os processos de defesa facultados pela higiene e pela profilaxia moderna [...]”²⁷⁴.

Sobre o apoio da capital, refere: “[...] a metrópole não chega a olhar por nós, e nós não podemos deixar de lhe abrir os olhos, gritando-lhe aos ouvidos a máxima do direito público romano: *Saluspopuli suprema lex esto* (“Que a salvação do povo seja a lei suprema) [...]”²⁷⁵.

Apesar da gripe estar quase extinta na Horta em inícios de 1919, subsistia ainda com violência por todas as freguesias da ilha, assim como no Pico, fazendo recluir a incorporação de recrutas do Regimento de Infantaria n.º 25 em Angra do Heroísmo. O comandante militar da Horta considerava-a quase oficialmente extinta a catorze de janeiro e a 29 pedia autorização para recolher as praças da companhia do Serviço de Saúde. Em Ponta Delgada, eram já permitidos os ajuntamentos populares, pelo que em reunião da direção da delegação da Cruz Vermelha, o presidente Luís de Bettencourt de Medeiros e Câmara, dava em primeiro lugar as felicitações aos presentes, por terem escapado à moléstia.

O impacto da *Pneumónica*...

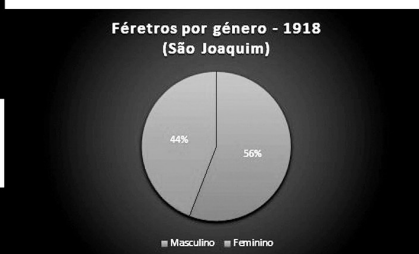
Por Mont’Alverne de Sequeira, a três de junho de 1919, sabe-se terem sido 727, os mortos atribuídos à *Pneumónica* de 1918, e pelo *Correio dos Açores* em 1939, não ter sido ultrapassada a barreira dos 2.000, por toda a ilha de São Miguel. Contudo, o seu número poderá ter ultrapassado este valor, uma vez que sabe-se hoje terem ido muitos a enterrar, mal diagnosticados. Pela Delegação da Cruz Vermelha em Ponta Delgada, sabe-se que deram entrada no posto de socorros 250 soldados, dos quais 13 morreram, registando-se o número de entradas máximas por dia em 26, em contraste com 23 saídas. A delegação desta Organização Não Governamental permite afirmar que, no seu universo, ocorreram 5.2% de mortes. Extrapolando, e tendo em conta os valores conhecidos para a demografia da época, os resultados nem foram muito graves se não ultrapassaram os 2.000 mortos, só na ilha de São Miguel. Seja como for, num estudo que começa agora a dar os primeiros passos nas ilhas, espera-se que da conjugação de diferentes investigadores, resultem novas linhas de ação para aprofundar esta temática. Contudo, Ponta Delgada tem mais a afirmar, dada a análise ao seu cemitério, o de São Joaquim. Em

²⁷⁴ SEQUEIRA, Mont’Alverne de, “Relatório do Subdelegado de saúde – 1918”, apud *A mortalidade no concelho de Ponta Delgada no primeiro quartel do Século XX*, Vol. II – Anexos, Tese de Mestrado, Policopiado. Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 2000, p. 63-64.

²⁷⁵ *IBIDEM*.

1.332 enterros efetuados entre 1917 e 1919, 557 correspondem a 1918 (41.8%) e destes, 307 (55.1%) nos meses críticos da crise, ou seja setembro, outubro e novembro. Apesar de no registo não constar a causa de morte, verifica-se a predominância de jovens, uma das características da *gripe Espanhola*, nomeadamente a faixa etária entre os 15 e os 40 anos (116 casos), correspondente a 37.8% dos óbitos ocorridos durante esses três meses. A predominância é do sexo masculino, cujos féretros são cinco vezes mais do que a média dos outros meses (entre 1917 e 1919), e no caso feminino, três vezes mais. Estudos similares, embora não tão profundos, fazem jus a este terrível ano em cemitérios de freguesia, nomeadamente o da Ponta Garça. Como tal, não é de admirar que o primeiro presidente da delegação da CVP tenha, no regresso à normalidade e em reunião da direção da delegação da Cruz Vermelha, dado em primeiro lugar as felicitações aos presentes por terem escapado à moléstia. Mas não só os locais, ricos e pobres, padeceram deste mal.

Dos japoneses que a bordo do *Shinsei Maru* deram entrada na ilha do *Influenza*, cinco constam do livro dos mortos de São Joaquim, juntando-se a 14 americanos e dois ingleses, mexicanos e franceses. Sem o rigor da causa de morte, os óbitos ocorrem quase na totalidade durante o período em análise, sabe-se também que no caso dos americanos, muitos féretros regressaram aos EUA, podendo os que ficaram em Ponta Delgada, ter falecido por acidentes ocorridos na difícil travessia de comboios entre



as Bermudas e os Açores. Dado o rápido esgotamento do Hospital de Infetocontagiosos em Santa Clara e do Hospital Americano, o Hospital da Santa Casa da Misericórdia de Ponta Delgada, mesmo sobrelotado, acabou por receber pacientes de diferentes concelhos e de outras ilhas, Madeira, continente e estrangeiro. São vários os mortos que, dada a necessidade de rapidamente os enterrar (ou desinteresse da família), acabaram por ficar em São Joaquim. São os casos mais representativos, para além das freguesias urbanas em que são José se destaca de forma particular (dada a entrada da pneumónica por Santa Clara), Ribeira Grande, Nordeste, Capelas, Arrifes ou Água de Pau.

Hoje, entende-se a importância que os portos e gares tiveram na proliferação da *Pneumónica*. Habitados a doenças como a tuberculose ou a febre tifoide, a população e as autoridades não se encontravam preparadas para a mortandade que se abateu sobre o arquipélago. Aliás, ninguém no planeta estava. Apesar da memória de gripes e surtos similares, não se esperava uma tal violência agravada pela inexistência dos meios necessários para a debelar.

Morreram mais soldados de *Espanhola* do que pelo conflito. O flagelo ainda hoje existe, com variantes propensas a causar o pânico no século XXI. De acordo com os estudos publicados, a gripe espanhola de 1918-19 teve origem em aves, disseminando-se durante 1918 e o início de 1919. Com exceção de poucas ilhas do Pacífico (e Santa Maria), toda a população mundial esteve exposta à doença, contraindo-a metade dos habitantes. Estudos de meados da década de 1990 procuraram vítimas enterradas de forma célere em áreas geladas e cujos pulmões estavam ainda agitados pelo vírus. O estudo dos vestígios genéticos do agente assassino, identificaram-no como sendo o vírus "Influenza" subtipo A, H1N1, parente do vírus da gripe das aves, subtipo H5N1. "[...] *A herdeira da gripe de 1918 é uma das mais fracas que hoje andam por aí* [...]"²⁷⁶, são afirmações complementadas por outros dois surtos identificados em 1957 e 1968 embora com menores repercussões. Sabe-se que um dia, uma nova pandemia de gripe aparecerá e que haverá de passar, sendo essencial o controlo sanitário dos pontos de entrada nas ilhas, aliás como aconteceu com a gripe das aves em 2009. Da mesma forma, a questão no futuro será perceber como se dará a transição do vírus das aves para o Homem, uma vez que em 1918 "[...] *o vírus da gripe espanhola passara recentemente aos humanos, proveniente de um animal, de origem desconhecida, deixando as vítimas com pouca imunidade* [...]"²⁷⁷.

²⁷⁶ "Prever a Próxima Gripe letal", *National Geographic Portugal* n.º 55 (outubro), Lusomundo Editores, Lisboa, 2005.

²⁷⁷ *IBIDEM*.

BIBLIOGRAFIA

- BELÉM, A.M. da Cunha, *Breves noções de higiene militar para uso das escolas dependentes do Ministério da Guerra*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1896.
- ESTEVES, Alexandra, "O impacto da pneumónica em alguns concelhos do Alto Minho", CEM n.º 5/ Cultura, ESPAÇO & MEMÓRIA, 2014.
- FRANCO, Nancy Mota, *Setenta e Cinco anos de Misericórdia, Santa Casa da Misericórdia da Povoação*, Nova Gráfica, Ponta Delgada, 2006.
- GASPAR, Maria, Ponta Garça, *Alguns dados históricos e demográficos – na celebração dos 50 anos do sacerdócio do Padre José Gregório Soares de Amaral*, Editorial Ilha Nova, Vila Franca do Campo, 2004.
- GIRÃO, Paulo, *A Pneumónica no Algarve*, Caleidoscópio, Casal de Cambra, 2003.
- JORGE, Ricardo, *Tifo exantemático ou tabardilho – relatórios apresentados ao Conselho Superior de Higiene*, Imprensa nacional, Lisboa, 1918.
- MATOS, A., MENESES, A., LEITE, J. (coord.), *História dos Açores: do descobrimento ao século XX*, vol. II, Instituto Açoriano de Cultura, Angra do Heroísmo, 2008.
- MONTEIRO, Albertino J. R., *A mortalidade no concelho de Ponta Delgada no primeiro quartel do século XX*, Tese de Mestrado, Policopiado, Universidade dos Açores, Ponta Delgada, 2000.
- MONTEIRO, Sandra M. G., *Gentes e memórias do concelho da Lagoa, 1910-1933*, Santa Casa da Misericórdia, Santo António, Lagoa, 2014.
- "Prever a Próxima Gripe letal", *National Geographic Portugal* n.º 55 (outubro), Lusomundo Editores, Lisboa, 2005.
- POAGUE, Walter, *Diary and Letters of a Marine Aviator*, USMC, s.d.
- REGO, Aurora B. "Quando a pneumónica se abateu sobre a população do concelho de caminha. Uma aproximação ao seu impacto", *A Grande Guerra (1914-1918): Problemáticas e Representações*, Porto: CITCEM, 2014.
- REZENDES, Sérgio, *Memórias de Água Retorta na primeira metade do Século XX: aspetos da vivência social*, Universidade dos Açores, policopiado, Ponta Delgada, 1996.
- REZENDES, Sérgio, *O Depósito de Concentrados Alemães na ilha Terceira – as memórias de uma reclusão forçada*, Separata da Revista *Insulana*, Instituto Cultural de Ponta Delgada, Vol. LVIII, Ponta Delgada, 2002.
- REZENDES, Sérgio, "O Convento de São João", Revista *Insulana*, Instituto Cultural de Ponta Delgada, Vol. LXI, Ponta Delgada, 2005.
- REZENDES, Sérgio, *A Grande Guerra nos Açores – Património e Memória Militar*, Edição Centro República – Caleidoscópio, Casal de Cambra, 2017.
- RODRIGUES Joaquim M. V., *O Algarve e a Grande Guerra: a questão das subsistências (1914 - 1918)*, Tese de Doutoramento, Policopiado, Universidade Nova de Lisboa, 2010.
- SEQUEIRA, Álvaro, "A pneumónica Spanish influenza", *Medicina Interna*, Vol. 8, N. 1, 2001.
- SHORS, Teri, MCFADDEN, Susan H., "1918 Influenza: A Winnebago County, Wisconsin

- Perspective, *Clinical Medicine & Research*, Volume 7, Number 4, 2009, Marshfield: 147-156.
- SOBRAL, José M., LIMA, Maria L., SOUSA, Paulo S., CASTRO, Paula, "Perante a Pneumônica - a epidemia e as respostas das autoridades de saúde pública e dos agentes políticos em Portugal (1918-1919)", *VARIA HISTORIA*, vol. 25, nº 42, Belo Horizonte, 2009: p.377-402.
- SOTTO-MAYOR, Félix, *Guia do viajante na ilha de São Miguel*, Evaristo Ferreira Travassos Editor, Ponta Delgada, 1899.
- TORRES, César A. F., *Considerações sobre a Gripe, Dissertação inaugural apresentada à Faculdade de Medicina do Porto*, Tese, abril de 1920.
- TRINDADE, Luís, "A morte anunciada", *Revista História*, Publicultura S.A., Lisboa, 1998, pp. 36 - 98.

WEBOGRAFIA

- <https://www.onoticiasdatrofa.pt/memorias-e-historias-da-trofa-a-gripe-espanhola-e-a-fome-nos-coronados>
- <https://www.vaccinestoday.eu/stories/100-years-spanish-flu-world-ready-next-pandemic>